

QUEM FAZ A HISTÓRIA

ENSAIOS SOBRE O
PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

Organização
JOSÉ NEVES

Bruno Monteiro, Carlos Maurício, Cláudia Figueiredo,
Cristina Nogueira da Silva, Diogo Duarte, Elisa Lopes da Silva,
Emília Margarida Marques, Fátima Sá e Melo Ferreira,
Joana Cunha Leal, Joana Estorninho de Almeida,
Lais Pereira, Maria-Benedita Basto, Marta Silva,
Miguel Cardina, Pedro Ramos Pinto, Ricardo Roque,
Ruy Blanes, Steven Forti, Tiago Pires Marques,
Tiago Ribeiro, Tomás Vallera,
Victor Pereira, Virgílio Borges Pereira

L I S B O A
TINTA-DA-CHINA
M M X V I

Este livro é publicado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no quadro do projecto de investigação PTDC/HIS-HIS/104166/2008, desenvolvido no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, sob coordenação de José Neves. A elaboração do livro foi igualmente antecedida da realização da primeira edição do Encontro Futuros da História, realizado pelo mesmo Instituto no âmbito do Projecto Estratégico UID/HIS/04209/2013.

Nesta edição, respeitou-se a opção ortográfica de cada autor.

As fotografias apresentadas no início de cada uma das três partes do livro são da autoria do estúdio Horácio Novais e pertencem ao álbum *Exposição do Mundo Português*, conservado pela Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem agradecemos a disponibilização das imagens. O álbum pode ser consultado em: www.flickr.com/photos/biblarte/albums/72157621817098955.

[p. 18]: «Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, Portugal» (c. 1940) [CFT164 044090.1C]
[p. 96]: «Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, Portugal» (c. 1940) [CFT164 044082.1C]
[p. 192]: «Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940. Início dos trabalhos» (finais de 1930) [CFT164 02654.1C]

© 2016, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.

Rua Francisco Ferrer, 6A

1500-461 Lisboa

Tels.: 21 726 90 28/9

E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Quem Faz a História. Ensaio sobre o Portugal Contemporâneo*.

Coordenação: José Neves

Autores: Bruno Monteiro, Carlos Maurício, Cláudia Figueiredo, Cristina Nogueira da Silva, Diogo Duarte, Elisa Lopes da Silva, Emília Margarida Marques, Fátima Sá e Melo Ferreira, Joana Cunha Leal, Joana Estorninho de Almeida, Lais Pereira, Maria-Benedita Basto, Marta Silva, Miguel Cardina, Pedro Ramos Pinto, Ricardo Roque, Ruy Blanes, Steven Forti, Tiago Pires Marques, Tiago Ribeiro, Tomás Valleria, Victor Pereira, Virgílio Borges Pereira

Revisão: Tinta-da-china

Composição e capa: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Abril de 2016

ISBN: 978-989-671-309-6

DEPÓSITO LEGAL n.º 407238/16

ÍNDICE

7 INTRODUÇÃO

9 Os sujeitos da história

José Neves

17 EM PARTICULAR E NO GERAL

23 Da «ilusão biográfica» às novas biografias

Carlos Maurício

33 Subjetividade e fontes orais na escrita da história

Miguel Cardina

41 Biografias proféticas

Ruy Blanes

49 «Onde estavas tu no 25 de Abril, pá?»: Revolucionários, movimentos sociais e cidadania quotidiana

Pedro Ramos Pinto

61 Os colonos internos do Estado: Sujeitos de uma história futura

Elisa Lopes da Silva

71 Modos de agir: A doença mental nas tramas históricas

Tiago Pires Marques

83 Modernismos do sul: História e diálogos artísticos transnacionais

Joana Cunha Leal

95 AS REPRESENTAÇÕES E AS COISAS

101 Rebeldes, povos e reis: Revisitação de algumas personagens historiográficas

Fátima Sá e Melo Ferreira

109 Escravos, legisladores, juristas e normas jurídicas

Cristina Nogueira da Silva

- 123 Reptos dos trânsfugas: Biografia e análise da linguagem política numa perspectiva comparada
Steven Forti
- 133 Sujeito ao Direito: Em torno da confissão e da perícia
Tiago Ribeiro
- 147 O povo que está por ver: História e fotografia
Lais Pereira
- 157 Passageiros perigosos: Histórias de quasi-objectos
Ricardo Roque
- 169 Materialidade, objectificação e operários
Emília Margarida Marques
- 181 Prosopografia e intelectuais. Notas de uma pesquisa sócio-histórica sobre o Porto, 1958-1965
Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira

191 PODER E EMANCIPAÇÃO

- 195 Honra e fadigas do funcionalismo público oitocentista
Joana Estorninho de Almeida
- 209 A história do sujeito escolar como acto de resistência
Tomás Valleria
- 219 Proletários-escritores: Práticas da escrita e variações do espaço político contemporâneo, 1850-1926
Cláudia Figueiredo
- 229 Escritas de guerrilheiros moçambicanos e práticas de emancipação: «Na metade mesma de um passo»
Maria-Benedita Basto
- 239 Acção popular e «questão religiosa» na Primeira República
Diogo Duarte
- 249 Os migrantes ou as ausências da história do século xx português
Victor Pereira
- 259 Engajadores, passadores e outros auxiliares: Poderes intermédios na emigração clandestina portuguesa
Marta Silva

269 NOTAS BIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

- Historical Review*, vol. 113, n.º 2, 2008.
- 15 A articulação deste ponto de vista que me influenciou mais é de William H. Sewell Jr., nos ensaios reunidos em *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*, Chicago, University of Chicago Press, 2005.
- 16 Para além do próprio Foucault, fui influenciado pela aplicação e pelo desenvolvimento das suas ideias em James Holston, *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*, Princeton, Princeton University Press, 2008, e em Partha Chatterjee, *The Politics of the Governed: Popular Politics in Most of the World*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2004.
- 17 Tony Bennett and Patrick Joyce (coords.), *Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn*, Nova Iorque, Routledge, 2010; Timothy Mitchell, *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, Berkeley, University of California Press, 2002.
- 18 William H. Sewell Jr., «A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation», em *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*, Chicago, Chicago University Press, 2005.

OS COLONOS INTERNOS DO ESTADO: SUJEITOS DE UMA HISTÓRIA FUTURA

ELISA LOPES DA SILVA

Há sujeitos que surgem como evidentes ao historiador da contemporaneidade, como se saltassem directamente do arquivo, da sucessão de papéis que passam em frente aos seus olhos, para os livros, prontos a dar corpo ao saber historiográfico. Estes sujeitos são muitas vezes homens letrados, detentores de riquezas várias, materiais e simbólicas, homens que escrevem e assinam, lêem e comentam, rasgam e reescrevem as páginas daquela que continua a ser a principal fonte da história do século xx: o arquivo estatal. Como evitar que estes sujeitos se imponham ao relato historiográfico? Procurando e criando outros sujeitos a partir de fontes – orais e iconográficas, desde logo – que escapem à oficialidade da escrita estatal, sem dúvida. No entanto, algumas histórias que não ficaram reféns das acções dos grandes protagonistas do Estado nem por isso deixaram de entrar no arquivo estatal. Histórias que usaram os arquivos estatais com a consciência de que estes são resultado de relações de poder historicamente determinadas entre o Estado e os cidadãos (ou súbditos). Estas histórias leram nos arquivos outros significados para além do registo directo do que aconteceu, fazendo leituras a contrapelo ou nas entrelinhas da oficialidade, imaginando e fazendo falar as pessoas que os arquivos

formatam, obscurecem ou simplesmente omitem. A historiadora Arlette Farge, por exemplo, usou os arquivos judiciais para encontrar os sujeitos do costume – criminosos –, mas através deles narrar as singularidades de cada pessoa, resistindo à leitura que as classificações estatais impunham, e fugindo assim ao uso do arquivo ora como mero reflexo (um sítio de recolha de informações), ora como prova (demonstração de teorias prévias).

Outra forma de escapar à narrativa que a lógica do arquivo de Estado impõe é submeter à investigação o rasto material e as lógicas de composição do próprio arquivo, procurando dar conta dos processos e das técnicas arquivísticas estatais. Trata-se aqui de identificar os sujeitos da acção estatal (aqueles que escrevem, classificam e exercem poderes em nome do Estado) e procurar nas técnicas de objectivação burocrática do Estado (que são também técnicas de subjectivação) aqueles que são classificados, descritos e, em última análise, produzidos pelos poderes de Estado. Com este gesto historiográfico que dispensa a identificação individualizada dos sujeitos – apanágio da biografia de políticos, burocratas, engenheiros e de todos aqueles sobre os quais a intervenção estatal recai (a restante população) –, procura-se os sujeitos nomeando e estudando cada um na *relação* entre aqueles que escrevem e agem em nome do Estado e aqueles que são escritos pelos seus agentes. Ambos são sujeitos de Estado, uns porque agem em seu nome, outros porque são produzidos pela acção destes seus agentes.

*

As colónias agrícolas concebidas e construídas pelo Estado Novo nos anos 1940 e 1950 do século xx em Portugal continental foram uma obra de Estado do princípio ao fim. Governantes de vária ordem – ministros, engenheiros, burocratas – idealizaram, escolheram e vigiaram os mais de dois mil colonos que foram viver para as colónias agrícolas dos Milagres, Martim Rei, Alvão, Montalegre, Boalhosa, Gafanha e Pegões. Os colonos foram os sujeitos

escolhidos de uma história que os agentes do Estado quiseram escrever e fazer.

Desde finais dos anos 30 que os engenheiros agrónomos que, em trabalho para a recém-formada Junta de Colonização Interna (1936), calcorream o país procurando informação fiável e científica sobre os campos e as suas gentes, escolheram também os candidatos que viriam a habitar as colónias agrícolas então em construção. Eram jornaleiros e seareiros, pastores, contrabandistas, mas sempre homens, chefes de família, até aos trinta anos de idade e, depois de 1954, até aos quarenta, obrigatoriamente casados e com filhos, que vivessem nas freguesias das colónias ou próximas, portadores de certificados de idoneidade moral e de declarações sobre os antecedentes profissionais. Depois de aviso público, preenchiam um questionário de candidatura e, escolhidos a partir de critérios e preferências previamente regulamentados,¹ abandonavam a sua actividade profissional, parte da sua identidade, para se tornarem colonos, com as suas famílias, nas colónias agrícolas idealizadas e construídas pelo Estado Novo.

Logo em 1937, quando se reorganizou a colónia agrícola dos Milagres, os engenheiros responsáveis ensaiaram uma caracterização das ocupações e qualidades dos doze colonos então a viver nessa colónia herdeira da Primeira República, identificando-as da seguinte forma: «regente de banda de música e sapateiro», «alcoólico, carvoeiro», «mendigo», «três filhos menores, trabalhador, carvoeiro», «sem qualidades, é desgovernado», «mulher activa, natural de Penamacor», «tem filhos menores, é desgovernado», «poucas qualidades de trabalho, filhos menores», «activo, tem crédito, natural de Montalegre», «negociante de gado, agricultor consciencioso mas de moral pouco sólida», «serrador» e «trabalhador rural muito pobre».² A passagem de uma vida anterior, em que os relatos dão conta de uma multiplicidade de trabalhos profissionais e de uma variedade de características individuais, a uma vida nova, preferencialmente conduzida nos parâmetros definidos pelos

agentes do Estado, não se fez, pois, sem sobressaltos. Esta foi, aliás, uma dificuldade pressentida desde o início pelos agentes do Estado, que entendiam que o essencial da obra colonizadora passava tanto pela transformação da produtividade da terra como, e porventura mais ainda, pelo «factor humano»³ responsável por ela. Sobre os anteriores colonos dos Milagres, concluem os agrónomos da JCI: «na sua grande maioria, não reúnem as condições que devem exigir-se àqueles que vão elevar-se de simples trabalhadores rurais a proprietários agrícolas».⁴ Em nome do Estado, os técnicos da colonização estão apostados em construir um novo trabalhador agrícola, o sujeito da propriedade.⁵

O produtivismo económico que animou a política colonizadora do Estado Novo, da auto-suficiência alimentar dos anos 30 ao industrialismo ruralista dos anos 50, foi sempre movido por um projecto de engenharia social que visava criar proprietários rurais, quer no Norte baldio, quer no Alentejo da grande propriedade. Assim, um conjunto variado de agentes estatais colocou em prática processos e técnicas que pretendiam mais do que a mera melhoria da mão-de-obra agrícola, capaz de cumprir o desejado aumento de produtividade; procurou-se deliberadamente transformar uma variedade de trabalhadores rurais (os assalariados rurais alentejanos, os pastores do Barroso ou os contrabandistas do Sabugal, por exemplo) em produtores específicos, os proprietários, dotados de uma subjectividade política conservadora e assim agindo como suportes da ordem social. Tal como idealizada pelos seus proponentes estatais, esta colonização interna tinha como objectivo não só aumentar a produção alimentícia nacional, mas também produzir produtores proprietários.

Para que as pessoas, diversas nos seus modos de vida, que entrassem nas colónias se transformassem em camponeses ou, mais tarde, em agricultores conscienciosos e ordeiros, foi desde o início evidente que era necessário exercer uma acção directa sobre a singularidade dos colonos, uma tarefa assumida pela assistência

técnica da JCI. Logo na década de 40, nas colónias agrícolas dos Milagres e de Martim Rei, à atribuição das parcelas de terra, de acordo com um pormenorizado plano de colonização, seguia-se o acompanhamento técnico dos colonos, de forma que se cumprisse o plano de exploração concebido por técnicos crentes na ciência do seu conhecimento. Descrita nos relatórios numa retórica benevolente, a lenta aprendizagem dos ritmos e formas de trabalho agrícola considerados mais racionais e produtivos pelos agentes do Estado era objecto de vigilância quotidiana. Era claro que só novos sujeitos produtores alcançariam o desejado aumento da produtividade agrícola, o desígnio económico mais propagandeado da política colonizadora estado-novista: era necessário fabricar também mão-de-obra para que um cultivo mais «racional» da terra tivesse lugar. A autodesignada assistência prestada pelos agentes da JCI promovia um adestramento dos colonos através da aprendizagem técnica, que se estendia dos mais convenientes modos de produção agrícola à rigorosa administração financeira dos casais agrícolas.

Com o crescimento do número de colónias agrícolas em princípios dos anos 50, sobretudo com a entrada dos primeiros colonos para Pegões, a maior colónia, em 1953, os mecanismos estatais de transformação dos colonos alargam-se, de uma forma mais óbvia e intensa, a vários aspectos da sua conduta. Não se tratava apenas de fabricar força de trabalho que, com uma actividade mais intensiva, porque ajudada por braços da família e reforçada pelo apego a um pedaço de terra seu, fosse quantitativamente mais produtiva; tratava-se de fabricar sujeitos, homens (e também mulheres e crianças), através de mecanismos estatais de condução da conduta, não só apenas económico-produtiva, mas total. Aos ensinamentos agronómicos ministrados por regentes agrícolas e agrónomos, que continham já mecanismos de moralização que transcendiam a actividade produtiva, juntam-se agora outros mecanismos de poder sobre a conduta dos colonos, como

as visitas de educadoras familiares rurais que averiguavam da higiene e asseio dos lares. Alarga-se a abrangência da intervenção dos agentes da JCI encarregados da transformação das pessoas que entraram nas colónias em camponeses ou agricultores. Através da acção dos técnicos colonizadores do Estado, de uma massa múltipla de subjectividades rurais emergiriam sujeitos da propriedade.

Seguimos os indícios desta vontade de criar novos sujeitos através dos registos administrativos deixados pela vigilância burocrática levada a cabo por engenheiros, regentes agrícolas e visitadoras rurais, todos agentes do Estado, que detalhadamente descreveram e avaliaram, em relatórios anuais, mensais e até quinzenais, a evolução dos colonos no seu percurso em direcção a uma nova vida. O estado das culturas, o comportamento moral dos colonos, a assiduidade nos trabalhos agrícolas, a qualidade dos melhoramentos fundiários, as produções obtidas, as transacções financeiras efectuadas, são algumas das rubricas fixas desses relatórios que objectivam a conduta dos colonos. A identidade de colono, observada a partir dos parâmetros estatais, é assim fabricada e descrita pelos agentes colonizadores do Estado, desde o momento em que as pessoas se candidatam a um casal agrícola até ao momento em que passam a ser alvo da vigilância dos serviços de assistência. Pode-se por isso fazer o movimento inverso àquele que os tornou sujeitos da propriedade, procurando dar visibilidade aos mecanismos de produção estatal que permitem hoje individualizá-los e estudá-los historiograficamente.

*

Produzidos e registados pela cultura burocrática dos agentes colonizadores, desde as primeiras formulações das ideias colonizadoras que os colonos foram também imaginados, fabricados e descritos como sujeitos de uma história futura, a desenrolar-se num Alentejo verdejante e pacífico ou em baldios montanhosos, racionalmente cultivados. Os colonos foram fruto de um desejo

de futuro que publicistas, engenheiros e outros técnicos conceberam e planearam, integrando-se posteriormente num projecto de engenharia social levado a cabo por agentes do Estado, crenças na possibilidade e na bondade do progresso cientificamente orientado. Neste sentido, foram sujeitos da imaginação do futuro pelo Estado, cuja miríade de agentes partilhava uma ideologia de progresso social científico.

Figura primeira da política colonizadora estado-novista dos anos 50, o agrónomo Eugénio Castro Caldas tornou explícitos os desejos utópicos que animaram o empreendimento quando relatou apaixonadamente o trabalho de campo que realizara nos «recantos do Alandroal, do Redondo, de Vila Viçosa, de Borba, de Portalegre, marcando na carta as extremas das Herdades, assinando as manchas onde colonos pudessem viver humanamente em Casais ou em Aldeias que se situavam historicamente no plano divino situado no porvir».⁶ Os agentes do Estado propunham-se redesenhar socialmente o Alentejo, cujo desenvolvimento económico tinha assentado até então nos assalariados agrícolas e que agora se queria baseado em proprietários rurais. Ensaçada durante o Estado Novo, a imaginação de uma utopia agrária no Alentejo, de ideologia social conservadora mas realizada por meios científico-tecnológicos modernos, já vinha sendo avançada desde o princípio do século por outros reformistas agrários colonizadores, em particular por Ezequiel de Campos. «Seja amanhã o nosso Alentejo uma terra de promessa, uma nova Califórnia com um idealismo democrático», escreve em tons eufóricos este engenheiro, aproveitando a voragem revolucionária de inauguração de novos tempos que o 5 de Outubro de 1910 anunciara. Ezequiel de Campos procurava reorientar a linha do progresso nacional com a proposta de povoamento do Alentejo com novos sujeitos, «uma geração nova de carácter verdadeiro e afincada no trabalho produtivo e útil para a nação».⁷ Aqui os colonos seriam os primeiros cidadãos democráticos, peças centrais para a «ressurreição» nacional

imaginada na esteira do 5 de Outubro. Neste projecto conservador de um futuro contraproletário, a figura do colono, fixo à terra e preñado de possibilidades, opunha-se socialmente à dos emigrantes, «desprovidos de capacidade, pobres de futuro, deserdados de terra e de sustento».⁸ Na verdade, a revolução social proposta previa a transformação dos emigrantes minhotos, que migravam para o Brasil ou, sazonalmente, para o Alentejo, em colonos dentro de Portugal. Primeiro em 1911, e de forma mais consistente em 1925,⁹ a política de colonização do Alentejo é defendida por Ezequiel de Campos como um combate por um tempo futuro capaz de engendrar novos sujeitos. Já no Estado Novo, os colonos imaginados para o Alentejo foram menos os habitantes do Noroeste que migravam para o Brasil em massa e mais os assalariados rurais sem terra, alentejanos e ribatejanos, que, com as lutas rurais, ameaçavam a ordem social nos campos. Embora situando-se quase todas fora do Alentejo, as colónias agrícolas finalmente construídas em Portugal pelo Estado Novo obedeceram a esta mesma lógica de experimentalismo social. Em ambos os casos, os colonos foram figuras de uma história futura que publicistas e agentes do Estado imaginaram poder fabricar. Note-se, contudo, que o colono ideal da colonização interna do Estado Novo não corresponde exactamente ao «homem novo»¹⁰ do salazarismo. A distinção mais importante situa-se nos mecanismos de poder a que os que imaginaram e fabricaram estes novos sujeitos recorreram. Ezequiel de Campos, Henrique de Barros ou Eugénio de Castro Caldas, entre outros, foram sujeitos do Estado na medida em que programaram uma das mais completas, ainda que marginais e finalmente frustradas, engenharias sociais durante o Estado Novo, mas estiveram ideologicamente longe do regime. O colono-proprietário foi, em contraponto ao «homem novo», menos uma figura político-ideológica produzida através de um aparelho de propaganda e de inculcação ideológica do Estado Novo do que uma figura económica moderna, fabricada pelas transformações das relações

sociais e tecnologias de poder mobilizadas para um modo diferente de agir, e, em particular, de produzir. É na relação mediada por uma crença no progresso e na ciência social e agronómica entre aqueles que agiram em nome do Estado e os que por ele foram produzidos que melhor se pode identificar estes sujeitos do Estado.

NOTAS

- 1 Os critérios legais de selecção e preferência dos colonos que integrariam as colónias agrícolas são identificados na Base VII da Lei n.º 2014, de 27 de Maio de 1946, e no Art.º 28.º, Lei n.º 2072, de 18 de Junho de 1954.
- 2 Junta de Colonização Interna, *Projecto de Reorganização da Colónia dos Milagres*, 1937, p. 13.
- 3 Henrique de Barros, «O Factor Humano na Colonização Agrícola», *Revista Agronómica*, vol. xxviii, n.º 1, 1940, pp. 11-31.
- 4 Junta de Colonização Interna, *ibidem*, 1937, p. 14.
- 5 Elisa Lopes da Silva, «Time to Settle Down: State, Property and Its Subjects», em Luís Trindade (coord.), *The Making of Modern Portugal*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2013, pp. 178-200.
- 6 Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos*, Lisboa, INIC, 1991, p. 531.
- 7 Ezequiel de Campos, *Projecto de Lei de Utilização dos Terrenos Incultos Apresentado à Assembleia Constituinte na Sessão de 27 de Julho de 1911*, Lisboa, Typ. da Livraria Ferin, 1911, p. 12.
- 8 Discurso à Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de Agosto de 1911. Cf. *idem, ibidem*, p. 57.
- 9 Os dois projectos em causa são, respectivamente: «Projecto de Lei de Utilização dos Terrenos Incultos», de 1911, e «Proposta de Organização Rural», publicados em Ezequiel de Campos, *Proposta de Organização Rural*, Porto, Renascença Portuguesa, 1925.
- 10 Fernando Rosas, «O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo», *Análise Social*, vol. xxxv (157), 2001, pp. 1031-1054.